

JORNAL DO

Gestão: 2023/2026

SINTRAJUD

ÓRGÃO OFICIAL DO SIND. DOS TRABALHADORES DO JUD. FEDERAL NO ESTADO DE SP

VOL. 27
Nº 606/2026
06 de maio de 2026
12.000 EXEMPLARES / ISSN 2596-2396



FENAJUFE

DINHEIRO TEM! MAS PARA QUEM?



Confira a tabela do reajuste com início em julho

Pág. 7

10º Congresso marcou 30 anos de Sintrajud

Pág. 4

Ações coletivas garantem direitos

Pág. 8

EDITORIAIS

Sem luta, orçamento do reajuste vai virar penduricalho de juiz

A categoria celebra no mês de julho a efetivação da conquista do reajuste de 8% sobre o vencimento básico (o que impacta em toda a remuneração e é uma importante vitória contra a lógica das gratificações e FCs). Mas a reposição parcial de perdas já vem acompanhada da necessidade de retomar a mobilização para impedir que a magistratura se aproprie do orçamento que poderia garantir as parcelas de 8% previstas para 2027 e 2028, vetadas pelo presidente Lula.

O impacto orçamentário do reajuste estava previsto na proposta encaminhada pelo então ministro-presidente Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, após muita pressão da categoria.

Incluindo a paralisação em São Paulo, da qual o diretor Antônio Melquíades (o Melqui) falou diretamente com o magistrado, destravando a agenda para as entidades da categoria.

Aprovado o Projeto de Lei 4750 na Câmara e no Senado, servidoras e servidores podem ser tirados/as do orçamento com alegação de diversos penduricalhos para a magistratura por parte do STF. Até porque, os membros do Poder parecem não ter limites, com suas identidades preservadas na mídia pela campanha que fala em supersalários de "servidores do Judiciário" quando a categoria não che-

ga nem perto dos milhares de reais destinados a juízes/as.

Poucos dias depois do julgamento que legalizou um extrateto de até R\$ 78 mil, o país foi chocado com a de-

claração da desembargadora Eva do Amaral Coelho, do Tribunal de Justiça do Pará, que comparou sua

remuneração a condição análoga à escravidão. No mesmo país onde 2.772 pessoas foram resgatadas em 2025, submetidas a condições efetivamente de escravização contemporânea (sem salários, em condições insalubres, sem registro ou equipamentos de proteção individual) – 83% delas pretas

ou pardas.

E no último dia 27 de abril, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e outras entidades pediram o adiamento da aplicabilidade da decisão do STF e que a retomada dos quinquênios (outra parcela que a Constituição vedava expressamente e foi legalizada pelo STF) fique fora do extrateto. Um novo escândalo.

Só será possível evitar que servidores e servidoras paguem essa conta que não fecha nunca com mobilização. Por isso, na Plenária da Fenajufe que acontece em junho, o Sindicato defenderá a nacionalização do plano de lutas aprovado por unanimidade no 10º Congresso do Sintrajud.

Vamos à luta!

LEGALIZAÇÃO DO EXTRATETO DE R\$ 78 MIL ESCANCARA APROPRIAÇÃO DO ORÇAMENTO PELA MAGISTRATURA E EXIGE REAÇÃO NACIONAL.

Judiciário no olho do furacão

O contexto social e político mencionado acima tem em seu centro o caso do Banco Master e Daniel Vorcaro. O escândalo das últimas semanas desnudou de forma acachapante as relações indecentes entre empresários privados e autoridades públicas, resvalando inclusive sobre ministros do STF.

O Caso Master também está ligado ao crescimento do crime organizado, em associação com setores do poder público.

E há um aspecto central omitido pela mídia: o escândalo dentro do escândalo. A corrupção que envolve tanta gente graúda com o Banco Master é movida e turbinada pelas injustificáveis taxas de juros reais mais altas do planeta. O chamado sistema da dívida sangra os cofres públicos, trava o desenvolvimento e joga mais da metade das famílias brasileiras na inadimplência.

Enquanto isso, os direitos trabalhistas e de recomposição salarial dos/as servi-

dores/as que efetivamente fazem o Judiciário funcionar são atacados.

É sintomático que as manifestações do Dia Internacional da Classe Trabalhadora no Brasil tenham destacado a luta por melhores condições de trabalho, com redução das jornadas e fim da escala 6x1. Uma reação a políticas que fazem das

novas tecnologias ferramentas para reduzir direitos, impor jornadas intermináveis e disparar a concentração de renda.

O mundo está perto de conhecer o primeiro trilionário em dólar, mas convive com quase metade da população desprovida de saneamento básico.

No Brasil, o cenário é de endividamento do andar de baixo e enriquecimento sem trava dos já ricos. Movimento impulsionado por uma política econômica sob os mesmos paradigmas dos re-

centes governos da direita e extrema direita.

Muda o discurso, mas o arcabouço fiscal e econômico não se altera. Tampouco revogam-se as medidas adotadas por uma extrema direita que, concomitantemente, ataca ferozmente as liberdades democráticas e os direitos trabalhistas e sociais.

Não é com arcabouço fiscal e uma ordem econômica da direita que se fará o necessário e imprescindível enfrentamento aos golpistas e adeptos das políticas genocidas.

No caso da redução da jornada, a bandeira é histórica. Mas há evidente contradição quando o governo envia um projeto neste sentido, enquanto tenta 'regulamentar' o trabalho precarizado nos aplicativos, que legaliza a exploração ilimitada e sob jornadas feudais.

Na esfera federal, aliás, o que está pautado pelo governo Lula/Alckmin é uma mini-reforma administrativa, novas diretrizes de gestão, que ameaçam direitos e podem impor metas que alavanquem jornadas excessivas.

O melhor caminho para se contrapor às ameaças autoritárias e fascistas, hoje, perpassa pela defesa dos direitos trabalhistas, sociais e ambientais.

Assim como das riquezas nacionais, espoliadas pelas políticas jamais revertidas de privatizações, cujos resultados outra vez são escancarados com o assalto do capital estrangeiro às cobiçadas terras raras brasileiras.

Combater a promiscuidade do Estado com o sistema financeiro e demais ramos da economia. Defender a soberania, as riquezas naturais do nosso país e a qualidade de vida da classe trabalhadora são bandeiras alinhadas às resoluções do 10º Congresso do Sintrajud.

O CASO MASTER DESNUDOU RELAÇÕES INDECENTES ENTRE EMPRESÁRIOS E AUTORIDADES PÚBLICAS, RESVALANDO NO STF

DIREITOS

Mais verbas para a saúde

Situações no TRT-2, TRF-3 e TRE têm especificidades, mas em todos os ramos a justificativa dos tribunais é a “disponibilidade orçamentária” para retirar direitos, enquanto magistratura aprovou extrateto de R\$ 78 mil.

Diante do arrocho imposto pelo arcabouço fiscal e da disputa orçamentária com a magistratura, a garantia de assistência à saúde da qual os tribunais são obrigados vem sendo fortemente atacada. E foi a reação da categoria que conseguiu fazer as administrações recuarem de cortes ou se mexerem para obter mais orçamento. Novamente, essa luta está colocada.

TRT/2

No Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, após sete paralisações em 2023, a categoria reverteu um corte de 25% no valor do auxílio-saúde, imposto sem aviso prévio pela gestão da então presidente Beatriz Pereira. A mobilização garantiu também a reversão de três Atos que ampliavam a quebra da isonomia inaugurada em São Paulo do, à época, presidente do Conselho Superior, ministro Vieira de Mello, em 2025. Além da criação de um Grupo de Trabalho do CSJT para viabilizar a retomada da isonomia na distribuição dos recursos orçamentários da assistência médica. O GT teve seu prazo prorrogado até junho deste ano e o Sindicato segue acompanhando de perto a questão.



Momentos da luta em defesa da isonomia e contra ataques à assistência médica em SP.

Foto: Renato Padalka, Cláudio Cammarota, Joca Duarte e Vinícius Soares

TRF/JF

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região a luta é contra a mudança do modelo de custeio dos planos de saúde contratados pelo Regional para servidores/as da capital e outras 15 cidades (Barueri, Bragança Paulista, Caraguatatuba, Guarulhos, Jundiaí, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Registro, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São Vicente e Taubaté).

Um abaixo-assinado será apresentado ao presidente do órgão, desembargador Johnson Di Salvo, reafirmando a

posição dos 78% de servidores/as que já manifestaram em pesquisa do Regional que não aceitam a coparticipação (sistema no qual a pessoa paga a sua parte da mensalidade e um valor a cada atendimento – que agora o TRF promete limitar, num primeiro momento, a R\$ 279,86 mensais por vida, mas pode inviabilizar a manutenção do plano para muitas famílias).

O abaixo-assinado também pede a busca por mais verbas para a assistência em saúde, a manutenção do padrão de reembolso atual e isonomia na distribuição de recursos entre servidores/as e a magistratura.

Em 2022, a categoria mobilizada conseguiu que, nos planos de saúde do interior servidores e servidoras não tenham

que pagar a mensalidade.

E em 2023, a luta fez com que o Tribunal obtivesse uma suplementação orçamentária de R\$ 17 milhões que possibilitou isentar os/as servidores/as do pagamento da sinistralidade dos planos que agora estão ameaçados pela coparticipação.

TRE-SP

No Tribunal Regional Eleitoral, segue a luta pela contratação de um plano de saúde e contra a exigência de comprovação de gastos com planos para recebimento do auxílio-saúde até que o Regional garanta assistência médica à categoria. E também para que seja pago o adicional de 50% do valor do auxílio para titulares e dependentes com 50 anos de idade ou mais, com doença grave e/ou deficiência.



ASSINE A PETIÇÃO PÚBLICA

Servidor/a do TRF/JF assine o abaixo-assinado contra a coparticipação e por mais verbas para a saúde e isonomia acessando no QR Code ao lado.



SAÚDE DE SERVIDOR/A NÃO VALE MENOS QUE A DE JUIZ E DINHEIRO TEM

Nos três tribunais, a desculpa para ataques à assistência médica é a “disponibilidade orçamentária” e “os limites fiscais”. Mas todos os dias a categoria assiste a magistratura se autoconcedendo benefícios e penduricalhos. E mais recentemente o Supremo Tribunal Federal legalizou o pagamento de até R\$ 78 mil acima do teto constitucional a juízes/as, desembargadores/as e membros da advocacia pública. Por isso, no TRF-3 a categoria já avalia a possibilidade de uma greve contra a coparticipação, e o Sindicato defende que a mobilização se estenda aos três ramos do Judiciário para garantir que a categoria seja colocada no orçamento.



Foto: Wesley Araujo

NOSSA LUTA

10º Congresso reafirmou independência, autonomia e compromisso com a base



Foto: Cláudio Cammarota

O último congresso do Sintrajud foi emblemático no sentido de reafirmar a importância da entidade para a categoria. Foi um dos maiores da história do Sindicato em número de participantes e o recordista em quantidade de teses e contribuições.

Foi ainda um espaço sindical que entra para a história da organização da categoria por ter sido deliberado por unanimidade que não serão mais tolerados comportamentos machistas, racistas ou LGBTfóbicos em atividades do Sindicato.

**ACESSE AS
RESOLUÇÕES
DO CONGRESSO**



Outra deliberação importante foi o calendário de realização das eleições para a diretoria executiva e conselho fiscal no triênio 2026-2029: **na primeira quinzena de agosto, a categoria voltará a eleger o time responsável por conduzir o sindicato.**

Também no evento foi aprovado o plano de lutas em desenvolvimento pelo Sindicato, que reafirma a necessidade da Fenajufe não aceitar manter o Fórum de Carreiras do CNJ como um dique que vem impedindo a negociação efetiva do projeto de lei da reestruturação da carreira com sobreposição das tabelas.

Há dois anos a categoria é enrolada por esse Fórum com maioria da magistratura e foi somente quando a negociação se deu diretamente com o ministro Luís Roberto Barroso que andaram os projetos de lei do reajuste salarial e do adicional de qualificação (AQ).

A defesa da valorização de todos os cargos, sobreposição das tabelas e reversão do injusto abismo salarial no PJU é a única forma de reunificar a categoria e exigir valorização efetiva, sem a armadilha das gratificações produtivistas que jogam o ônus do estrangulamento orçamentário imposto pelo arcabouço fiscal

nas costas de trabalhadores e trabalhadoras.

E tudo isso só foi possível porque a categoria estava mobilizada. Sempre foi assim, na história do sindicalismo judiciário. Nenhum real ou conquista se efetivou sem luta.

A XXV PLENÁRIA DA FENAJUFE DEVE ORGANIZAR A LUTA:

- * Pela derrubada dos vetos de Lula(12 e 45)
- * Em defesa da carreira com sobreposição das tabelas (Ciclo 85-70)
- * Por mais verbas e isonomia na saúde
- * Pelo auxílio-nutrição para aposentados/as

30 ANOS EM TRÊS



Ao longo dos últimos três anos, a diretoria do Sintrajud preparou a comemoração das três décadas da entidade, mas também dos próximos 30 anos. Com o lema "Se muito vale o já feito, mais vale o que será" – emprestado da belíssima canção de Elis Re-

gina e Milton Nascimento –, as comemorações de três décadas de lutas, conquistas, independência e autonomia de governos e administrações reuniram iniciativas como a página especial com a história do Sindicato, dentro do site da entidade; as festas temáti-

cas de fim de ano na capital, na Baixada Santista e Presidente Prudente, além das

celebrações organizadas por sindicalizados/as em Franca, Itapeva e Jales.

**ACESSE O ESPECIAL
CLICANDO NO QR CODE**



Luta que deteve a reforma administrativa deve continuar

O desastre contra os serviços públicos, e que provavelmente implodiria qualquer perspectiva de carreira na administração pública, foi evitado e pelo menos provisoriamente barrado com luta e mobilização.

Helcio Duarte Filho

O movimento construído e mantido com o Sintrajud entre as entidades sindicais da linha de frente deteve a PEC-38/2025. A 'reforma' administrativa que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-Paraíba), tentou aprovar, com a omissão e em certos momentos forte cheiro de apoio do governo federal, começou a ruir na última semana de outubro de 2025.

Após uma sequência de visitas a deputados e deputadas na Câmara, iniciativa da qual o Sintrajud participou, a Marcha com

milhares que ocupou Brasília no dia 29 daquele mês provocou uma debandada de parlamentares que subscreviam o projeto.

O Sintrajud enviou uma caravana ao protesto, que expôs a impopularidade de um projeto que acabava com a estabilidade nos serviços públicos, desvalorizava o/a servidor/a e abria caminho para mais terceirizações e privatizações.

A mobilização conseguiu impedir a aprovação da PEC-38, mas essa luta não acaba aí. Primeiro, porque a proposta de emenda constitucional segue na Câmara. Segundo, porque o



Foto: Dandara Téa

próprio Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos trabalha em cima de um decreto sobre a gestão nos serviços públicos que está sendo apontado pelas entidades sindicais como

uma mini-reforma administrativa.

É por isso que a diretoria do Sintrajud defende e o recente congresso da categoria reafirmou a defesa dos serviços públicos e o fortalecimento dessa luta.

Abraçar a luta pelo auxílio-nutrição na aposentadoria

É preciso construir também, com urgência um forte movimento defendendo o direito de aposentados e aposentadas dos serviços públicos ao auxílio-nutrição.

Similar ao auxílio-alimentação pago para quem ainda não conquistou a aposentadoria, o auxílio-nutrição é defendido como um direito básico e justo com quem tanto já se dedicou aos serviços públicos.

É também uma questão humanitária: seja para assegurar a alimentação, seja para remar contra a maré de um achatamento salarial na hora da aposentadoria que faz com que milhares de servidores/as adiem ininterruptamente o momento de se aposentar.

O Sintrajud reforça o convite a toda a categoria para abraçar esta luta. (HDF)

Categoria conquistou AQ e reajuste e pode derrubar o Veto 45 e encaminhar a Carreira

A mobilização arrancou o AQ e o reajuste; é a pressão da categoria que pode derrubar o veto às demais parcelas e encaminhar a reestruturação com sobreposição e 'ciclo 85-70'

Independência diante das administrações e governos e respeito às decisões dos fóruns da categoria. É com essas premissas que a direção do Sintrajud tem atuado sobre as pautas salariais dos servidores e servidoras do Judiciário Federal.

Desde o primeiro PCS (plano de cargos e salários), na década de 1990, a história demonstra que duas coisas são indispensáveis para as conquistas nesse campo: unidade e mobilização, quase sempre com a construção de movimentos paredistas.

A paralisação e pressão em 2025 fez o então presidente do STF, Luís Roberto Barroso, receber o Sintrajud e a Fena-

jufe e assumir compromissos que levaram ao novo AQ (Adicional de Qualificação) e ao reajuste em três parcelas. Mas a prometida reestruturação da carreira não andou e as parcelas salariais de 2027 e 2028 foram vetadas pelo governo Lula/Alckmin.

A história também já demonstrou que a subordinação e subserviência a administrações e governos e a fóruns instituídos para isso, política que setores majoritários da federação vêm adotando, leva a fracassos.

A direção do Sintrajud avalia que a reunião com o presidente do STF, Edson Fachin, mostrou que sem pressão não haverá avanços. É a reação organizada



Foto: Dandara Téa

da categoria que poderá derrubar o Veto 45 (parcelas do reajustes) e encaminhar o PCCS — com sobreposição das tabelas e com o 'ciclo 85-70', que equipara analistas às carreiras do ciclo de gestão do Executivo, referenciado na Receita Federal.

O Sintrajud seguirá trabalhando para isso. A luta e a mo-

bilização conquistaram o AQ e o reajuste de julho.

É a força da categoria mobilizada que valorizará a carreira e afastará ameaças de novo congelamento salarial. (HDF)

**ACOMPANHE
ESSA LUTA NO SITE!**



ORGANIZAÇÃO

Cresce a sindicalização!

A política permanente de filiações é uma tarefa fundamental para a sustentação da luta. A única fonte de arrecadação do Sintrajud é a mensalidade de cada sindicalizado/a – e este é um princípio político para garantir que o Sindicato siga inde-

pendente das administrações e dos governos e comprometido com a categoria. Ao longo dos últimos três anos, o quantitativo de servidores e servidoras que passaram a fazer parte do Sindicato cresceu de **4.400** para quase **5 mil**. O patamar é

de cerca de 30% da categoria no estado. E mais de sete em cada 10 sócios/as são colegas da ativa, reforçando a representatividade do Sindicato.

Infelizmente, devido à precarização do trabalho, à propaganda permanente do

neoliberalismo e à burocratização de entidades sindicais, a média nacional de sindicalização caiu muito. E mesmo no funcionalismo, de acordo com o IBGE, apenas em torno de 18,9% das categorias são associados a seus sindicatos.

Não ao assédio e à discriminação!

A luta contra o assédio moral e sexual, que também são marca do Sintrajud, se fortaleceu nos últimos anos com a criação dos coletivos de en-

frentamento às discriminações – que lutam por acessibilidade, contra o racismo, a LGBTfobia e o etarismo – e a reedição da revista especial “Assédio mo-

ral, sexual e discriminação no trabalho: identificar, denunciar e combater”. A publicação traz textos inéditos com a legislação atualizada sobre assédio

moral e também o conteúdo revisado da cartilha sobre assédio sexual formulada pelo Coletivo de Mulheres Mara Helena dos Reis.

ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO

IDENTIFICAR, DENUNCIAR E COMBATER

PEGUE SEU EXEMPLAR ESCANEANDO O QR CODE ABAIXO.



O Sindicato é seu!

Os núcleos de segmentos da categoria e coletivos de enfrentamento às opressões de gênero, raça e orientação sexual são parte da política de fortalecimento da relação do Sintrajud com trabalhadores e trabalhadoras e também da compreensão de que é tarefa da entidade lutar pela integralidade dos direitos da classe trabalhadora.

Esse é o motivo de, nesta gestão, terem sido criados os coletivos de Negras e Negros; de Pessoas com Deficiência; e LGBTQIAPN+, que potencializam a

ação do Coletivo de Mulheres que existe desde 2017. Também foram criados os núcleos de Técnicos/as e Analistas – que, como os de Oficiais/las de Justiça, Agentes da Polícia Judicial e Aposentados/as, possibilitam organizar as demandas específicas dos segmentos para que o Sindicato atue com mais qualidade em defesa do conjunto da categoria. Participe!

SINDICALIZE-SE
USANDO O QR CODE AO LADO



NÚCLEOS E COLETIVOS

ACOMPANHE NOSSAS MÍDIAS PARA PARTICIPAR DAS REUNIÕES

NÚCLEOS

- Agentes da Polícia Judicial • Analistas
- Aposentadas/os e Pensionistas
- Oficiais de Justiça • Técnicas e Técnicos

COLETIVOS

- LGBTQIAPN+ • Mulheres • Negras e Negros
- Servidoras/es com Deficiência

VOCÊ CONHECE OS CONVÊNIOS DO SINTRAJUD?

VEJA JÁ EM NOSSO SITE!



- Farmácias, supermercados e mais de 200 serviços
- UniOdonto na capital, Baixada, Campinas, São José dos Campos e Litoral
- Gympass/WellHub em todo o país
- Cursos compatíveis com o AQ

cellep

ESAMC



COLÉGIO SANTA CECÍLIA

central de concursos

af

Aliança Francesa

UNINOVE

Universidade Nove de Julho



ECOCURSOS®

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



UNIESP S.A.

wellhub

Unoeste



UNILUS

INTERNET EM DOBRO, SEM PAGAR MAIS!

Mais vantagem para quem é sindicalizado

100GB	→	200GB
50GB	→	100GB
Linha grátis	→	TODAS 10GB

Reajuste começa a ser pago em julho



Parcelas vetadas

CARGO EFETIVO			TABELA ATUAL			JULHO/2026 - 8%			JULHO/2027 - 8%			JULHO/2028 - 8%		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VB	GAJ 140%	VB + GAJ	VB	GAJ 140%	VB + GAJ	VB	GAJ 140%	VB + GAJ	VB	GAJ 140%	VB + GAJ
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	13	9.292,14	13.009,00	22.301,14	10.035,51	14.049,71	24.085,22	10.838,35	15.173,69	26.012,04	11.705,41	16.387,57	28.092,98
		12	9.021,50	12.630,10	21.651,60	9.743,22	13.640,50	23.383,72	10.522,67	14.731,73	25.254,40	11.364,48	15.910,27	27.274,75
		11	8.758,73	12.262,22	21.020,95	9.459,42	13.243,18	22.702,60	10.216,17	14.302,63	24.518,80	11.033,46	15.446,84	26.480,30
	B	10	8.503,62	11.905,07	20.408,69	9.183,90	12.857,46	22.041,36	9.918,61	13.886,05	23.804,66	10.712,09	14.996,92	25.709,01
		9	8.255,95	11.558,33	19.814,28	8.916,42	12.482,98	21.399,40	9.629,73	13.481,62	23.111,35	10.400,10	14.560,14	24.960,24
		8	7.810,73	10.935,02	18.745,75	8.435,58	11.809,81	20.245,39	9.110,42	12.754,58	21.865,00	9.839,25	13.774,95	23.614,20
	A	7	7.583,23	10.616,52	18.199,75	8.189,88	11.465,83	19.655,71	8.845,07	12.383,09	21.228,16	9.552,67	13.373,73	22.926,40
		6	7.362,37	10.307,32	17.669,69	7.951,35	11.131,89	19.083,24	8.587,45	12.022,43	20.609,88	9.274,44	12.984,21	22.258,65
		5	7.147,92	10.007,09	17.155,01	7.719,75	10.807,65	18.527,40	8.337,33	11.672,26	20.009,59	9.004,31	12.606,03	21.610,34
		4	6.939,75	9.715,65	16.655,40	7.494,93	10.492,90	17.987,83	8.094,52	11.332,32	19.426,84	8.742,08	12.238,91	20.980,99
		3	6.565,50	9.191,70	15.757,20	7.090,74	9.927,03	17.017,77	7.657,99	10.721,18	18.379,17	8.270,62	11.578,86	19.849,48
		2	6.374,26	8.923,96	15.298,22	6.884,20	9.637,88	16.522,08	7.434,93	10.408,90	17.843,83	8.029,72	11.241,60	19.271,32
1	6.188,61	8.664,05	14.852,66	6.683,69	9.357,16	16.040,85	7.218,38	10.105,73	17.324,11	7.795,85	10.914,19	18.710,04		
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	13	5.663,47	7.928,86	13.592,33	6.116,54	8.563,15	14.679,69	6.605,86	9.248,20	15.854,06	7.134,32	9.988,04	17.122,36
		12	5.498,51	7.697,91	13.196,42	5.938,39	8.313,74	14.252,13	6.413,46	8.978,84	15.392,30	6.926,53	9.697,14	16.623,67
		11	5.338,36	7.473,70	12.812,06	5.765,42	8.071,58	13.837,00	6.226,65	8.717,31	14.943,96	6.724,78	9.414,69	16.139,47
	B	10	5.182,88	7.256,03	12.438,91	5.597,51	7.836,51	13.434,02	6.045,31	8.463,43	14.508,74	6.528,93	9.140,50	15.669,43
		9	5.031,90	7.044,66	12.076,56	5.434,45	7.608,23	13.042,68	5.869,20	8.216,88	14.086,08	6.338,73	8.874,22	15.212,95
		8	4.760,56	6.664,78	11.425,34	5.141,40	7.197,96	12.339,36	5.552,71	7.773,79	13.326,50	5.996,92	8.395,68	14.392,60
	A	7	4.621,90	6.470,66	11.092,56	4.991,65	6.988,31	11.979,96	5.390,98	7.547,37	12.938,35	5.822,25	8.151,15	13.973,40
		6	4.487,29	6.282,21	10.769,50	4.846,27	6.784,77	11.631,04	5.233,97	7.327,55	12.561,52	5.652,68	7.913,75	13.566,43
		5	4.356,59	6.099,23	10.455,82	4.705,11	6.587,15	11.292,26	5.081,51	7.114,11	12.195,62	5.488,03	7.683,24	13.171,27
		4	4.229,69	5.921,57	10.151,26	4.568,06	6.395,28	10.963,34	4.933,50	6.906,90	11.840,40	5.328,18	7.459,45	12.787,63
		3	4.001,60	5.602,24	9.603,84	4.321,72	6.050,40	10.372,12	4.667,45	6.534,43	11.201,88	5.040,84	7.057,17	12.098,01
		2	3.885,06	5.439,08	9.324,14	4.195,86	5.874,20	10.070,06	4.531,52	6.344,12	10.875,64	4.894,04	6.851,65	11.745,69
1	3.771,88	5.280,63	9.052,51	4.073,63	5.703,08	9.776,71	4.399,52	6.159,32	10.558,84	4.751,48	6.652,07	11.403,55		
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	13	3.354,11	4.695,75	8.049,86	3.622,43	5.071,40	8.693,83	3.912,22	5.477,10	9.389,32	4.225,19	5.915,26	10.140,45
		12	3.209,70	4.493,58	7.703,28	3.466,47	4.853,05	8.319,52	3.743,78	5.241,29	8.985,07	4.043,28	5.660,59	9.703,87
		11	3.071,48	4.300,07	7.371,55	3.317,19	4.644,06	7.961,25	3.582,56	5.015,58	8.598,14	3.869,16	5.416,82	9.285,98
	B	10	2.939,22	4.114,91	7.054,13	3.174,35	4.444,09	7.618,44	3.428,29	4.799,60	8.227,89	3.702,55	5.183,57	8.886,12
		9	2.812,64	3.937,70	6.750,34	3.037,65	4.252,71	7.290,36	3.280,66	4.592,92	7.873,58	3.543,11	4.960,35	8.503,46
		8	2.660,96	3.725,34	6.386,30	2.873,83	4.023,36	6.897,19	3.103,73	4.345,22	7.448,95	3.352,02	4.692,82	8.044,84
	A	7	2.546,38	3.564,93	6.111,31	2.750,09	3.850,12	6.600,21	2.970,09	4.158,12	7.128,21	3.207,69	4.490,76	7.698,45
		6	2.436,73	3.411,42	5.848,15	2.631,66	3.684,32	6.315,98	2.842,19	3.979,06	6.821,25	3.069,56	4.297,38	7.366,94
		5	2.331,80	3.264,52	5.596,32	2.518,34	3.525,67	6.044,01	2.719,80	3.807,72	6.527,52	2.937,38	4.112,33	7.049,71
		4	2.231,38	3.123,93	5.355,31	2.409,89	3.373,84	5.783,73	2.602,68	3.643,75	6.246,43	2.810,89	3.935,24	6.746,13
		3	2.111,05	2.955,47	5.066,52	2.279,93	3.191,90	5.471,83	2.462,32	3.447,24	5.909,56	2.659,30	3.723,02	6.382,32
		2	2.020,14	2.828,20	4.848,34	2.181,75	3.054,45	5.236,20	2.356,29	3.298,80	5.655,09	2.544,79	3.562,70	6.107,49
1	1.933,15	2.706,41	4.639,56	2.087,80	2.922,92	5.010,72	2.254,82	3.156,74	5.411,56	2.435,20	3.409,28	5.844,48		

CARGO EFETIVO			TABELA ATUAL				JULHO/2026 - 8%				JULHO/2027 - 8%				JULHO/2028 - 8%			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VB	GAJ 140%	GAE 35%	VB + GAJ + GAE	VB	GAJ 140%	GAE 35%	VB + GAJ + GAE	VB	GAJ 140%	GAE 35%	VB + GAJ + GAE	VB	GAJ 140%	GAE 35%	VB + GAJ + GAE
ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL	C	13	9.292,14	13.009,00	3.252,25	25.553,39	10.035,51	14.049,71	3.512,42	27.597,64	10.838,35	15.173,69	3.793,42	29.805,46	11.705,41	16.387,57	4.096,89	32.189,87
		12	9.021,50	12.630,10	3.157,53	24.809,13	9.743,22	13.640,50	3.410,12	26.793,84	10.522,67	14.731,73	3.682,93	28.937,33	11.364,48	15.910,27	3.977,56	31.252,31
		11	8.758,73	12.262,22	3.065,56	24.086,51	9.459,42	13.243,18	3.310,79	26.013,39	10.216,17	14.302,63	3.575,65	28.094,45	11.033,46	15.446,84	3.861,71	30.342,01
	B	10	8.503,62	11.905,07	2.976,27	23.384,96	9.183,90	12.857,46	3.214,36	25.255,72	9.918,61	13.886,05	3.471,51	27.276,17	10.712,09	14.996,92	3.749,23	29.458,24
		9	8.255,95	11.558,33	2.889,58	22.703,86	8.916,42	12.482,98	3.120,74	24.520,14	9.629,73	13.481,62	3.370,40	26.481,75	10.400,10	14.560,14	3.640,03	28.600,27
		8	7.810,73	10.935,02	2.733,76	21.479,51	8.435,58	11.809,81	2.952,45	23.197,84	9.110,42	12.754,58	3.188,64	25.053,64	9.839,25	13.774,95	3.443,73	27.057,93
	A	7	7.583,23	10.616,52	2.654,13	20.853,88	8.189,88	11.465,83	2.866,45	22.522,16	8.845,07	12.383,09	3.095,77	24.323,93	9.552,67	13.373,73	3.343,43	26.269,83
		6	7.362,37	10.307,32	2.576,83	20.246,52	7.951,35	11.131,89	2.782,97	21.866,21	8.587,45	12.022,43	3.005,60	23.615,48	9.274,44	12.984,21	3.246,05	25.504,70
		5	7.147,92	10.007,09	2.501,77	19.656,78	7.719,75	10.807,65	2.701,91	21.229,31	8.337,33	11.672,26	2.918,06	22.927,65	9.004,31	12.606,03	3.151,50	24.761,84
		4	6.939,75	9.715,65	2.428,91	19.084,31	7.494,93	10.492,90	2.623,22	20.611,05	8.094,52	11.332,32	2.833,08	22.259,92	8.742,08	12.238,91	3.059,72	24.040,71
		3	6.565,50	9.191,70	2.297,93	18.055,13	7.090,74	9.927,03	2.481,75	19.499,52	7.657,99	10.721,18	2.680,29	21.059,46	8.270,62	11.578,86	2.894,71	22.744,19
		2	6.374,26	8.923,96	2.230,99	17.529,21	6.884,20	9.637,88	2.409,47	18.931,55	7.434,93	10.408,90	2.602,22	20.446,05	8.029,72	11.241,60	2.810,40	22.081,72
1	6.188,61	8.664,05	2.166,01	17.018,67	6.683,69	9.357,16	2.339,29	18.380,14	7.218,38	10.105,73	2.526,43	19.850,54	7.795,85	10.914,19	2.728,54	21.438,58		
TÉCNICO JUDICIÁRIO - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL	C	13	5.663,47	7.928,86	1.982,21	15.574,54	6.116,54	8.563,15	2.140,78	16.820,47	6.605,86	9.248,20	2.312,05	18.166,11	7.134,32	9.988,04	2.497,01	19.619,37
		12	5.498,51	7.697,91	1.924,48	15.120,90	5.938,39	8.313,74	2.078,43	16.330,56	6.413,46	8.978,84	2.244,71	17.637,01	6.926,53	9.697,14	2.424,28	19.047,95
		11	5.338,36	7.473,70	1.868,43	14.680,49	5.765,42	8.071,58	2.017,89	15.854,89	6.226,65	8.717,31	2.179,32	17.123,28	6.724,78	9.414,69	2.353,67	18.493,14
	B	10	5.182,88	7.256,03	1.814,01													

VITÓRIAS JURÍDICAS

Já checou se está nas ações em execução?

Assessoria bem estruturada dá suporte às ações e lutas da categoria

Hélcio Duarte Filho

Estar filiado/a ao Sintrajud é uma opção pela luta coletiva, mas também é uma escolha que assegura a cada servidor ou servidora a possibilidade de contar com uma muito bem estruturada assistência jurídica.

O serviço é oferecido e está presente nas ações coletivas e nas ações individuais.

No assessoramento do servidor e da servidora em encaminhamentos administrativos e judiciais; na assessoria à diretoria e à atuação política do sindicato na defesa de reivindicações e posicionamentos junto às administrações dos tribunais (em São Paulo ou em Brasília), ou ao governo.

Além da equipe própria, composta por quatro advogados e advogadas, o Jurídico conta com uma equipe, que cuida das execuções de ações coletivas coordenada pela advogada Eliana Lúcia Ferreira e o escritório Cassel Ruzzarin Advogados, no Distrito Federal.

A dimensão das ações ajuizadas pode ser conferida no relatório divulgado pelo departamento Jurídico, com a lista

dos processos coletivos em andamento ou em fase de execução. São 49 ações coletivas, além de intervenções como *amicus curiae* em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e Recursos Extraordinários no Supremo Tribunal Federal.

Integram o rol de ações coletivas vitoriosas, entre outros, os seguintes processos, que podem ser conferidos no relatório disponibilizado pelo Sindicato:

>Pagamento de diferenças de horas extras no TRE pela mudança do fator divisor;

>Devolução da contribuição previdenciária sobre os juros pagos a título de quintos;

>Devolução do imposto de renda e do desconto da cota parte do auxílio-creche;

>Pagamento dos quintos; reconhecimento judicial do pagamento da VPNI até a integralização da lei 13.317/16;

>Pagamento da indenização de transporte a oficiais e oficiais de justiça descontados em greve;

>Manutenção da creche no TRT depois de decisão judicial;

>Manutenção da VPNI e GAE para oficiais, sob ameaça de corte na JF.

ATENDIMENTO ESPECÍFICO E CUIDADOSO

O advogado César Lignelli, da equipe de assessoria jurídica do Sintrajud, informa que o setor possui mais de seis mil pastas de processos, requerimentos ou outras demandas, em andamento ou já encerrados.

Ele ressalta que o departamento oferece um atendimento muito específico, cuidadoso e humanizado a cada servidor ou servidora do Poder Judiciário Federal no Estado de São Paulo, associado/a ao Sintrajud, que procura a assessoria jurídica.

“Queremos captar qual é a demanda do servidor para poder atuar [da melhor maneira possível]”, observa. “Atendemos a tudo que envolve a relação do servidor com a administração pública e a sua sistemática de remuneração”, explica.

Como exemplo, cita os atendimentos relacionados a casos de assédio moral ou sexual nos tribunais. “Nestes casos, sempre é garantido o sigilo e são realizadas muitas conversas com o/a servidor/a para a gente poder fazer a intervenção moldada da melhor forma para o que está acontecendo”, rela-

ta, ressaltando que isso pode ter desdobramentos judiciais, administrativos e políticos.

Ainda no âmbito dos atendimentos individuais para demandas comuns a muitos servidores e servidoras, César Lignelli cita o aumento expressivo nos pedidos relacionados ao teletrabalho. Isso envolve pedidos de prioridades por razões específicas, casos de pessoas com deficiência, por exemplo, e de contestação às decisões das administrações. “A [nossa equipe] conhece profundamente a legislação e sabe como fazer esses pedidos”, observa.

Acompanhamento de pedidos de aposentadoria, orientações sobre como proceder no momento de requerê-la e ações judiciais para assegurar direitos nessa área também são frequentes.

Desde o início da carreira nos quadros dos tribunais até o momento de usufruir o direito à aposentadoria, os servidores e servidoras sindicalizadas do Poder Judiciário Federal em São Paulo podem contar com a muito bem estruturada assessoria jurídica do Sintrajud.

ATENÇÃO!
NÃO CAIA
EM GOLPES!

Se alguém lhe pedir qualquer depósito, não faça, pinte a tela e cheque a autoria do contato pelo telefone (11) 3222-5833 ou procure um/a dirigente.

ACESSE O RELATÓRIO DAS
AÇÕES COLETIVAS AQUI:

PARA MAIS INFORMAÇÕES, ENTRE EM CONTATO COM O JURÍDICO



OFENSIVA DE TRUMP JÁ IMPACTA NOSSO BOLSO

Além de apoiar o Estado de Israel na campanha genocida sobre a Palestina que já caminha para três anos, e há semanas viola um declarado cessar-fogo com vistas a dizimar o povo que desde 1948 resiste ao extermínio, os Estados Unidos iniciaram uma nova fase de expansão imperialista no Oriente Médio.

Ao longo do último ano, os EUA já atacaram Venezuela, Síria, Iraque, Irã, Nigéria, Iêmen, Somália e Cuba. Além de prometer estender a ofensiva à Colômbia e ameaçar o próprio Brasil com as sobretaxas pedidas pela família Bolsonaro. O preço dos combustíveis nas bombas disparou e o se-

tor de alimentos já começou a repassar o impacto da alta do petróleo e derivados para as costas das famílias brasileiras – apesar da redução de impostos para o setor e subsídio ao diesel.

O Brasil também importa quase 80% dos agrotóxicos e fertilizantes utilizados pelo agro nacional de países do Oriente Médio. As projeções inflacionárias também vêm sendo revisadas para cima reiteradamente. Somada a essa realidade, os juros altos e o sistema da dívida corroem a capacidade do Estado brasileiro responder ao cenário internacional, penali-

zando mais uma vez a classe trabalhadora em detrimento dos investidores.

Por isso devemos exigir dos governos federal e estadual o congelamento do preço dos alimentos e transportes. Além disso é preciso seguir impulsionando as mobilizações contra o governo genocida de Trump e suas guerras.

DEFENDER A PALESTINA NÃO É CRIME

No fechamento desta edição, o ativista brasileiro Thiago Ávila e o espanhol-palestino Saif Abukeshek estavam presos em Israel, sem acusação

formal, após serem sequestrados em águas internacionais quando a flotilha de ajuda humanitária que integravam foi interceptada pelo Estado Israelense. E o presidente do PSTU, o metalúrgico José Maria de Almeida, tinha sido condenado em primeira instância pela 4ª Vara Criminal da Justiça Federal a dois anos de prisão, por um discurso que denunciou crimes pelos quais o Estado de Israel já foi condenado e manifestou solidariedade ao povo palestino. A diretoria do Sintrajud repudia as perseguições e cobra a imediata liberdade dos ativistas e a suspensão da condenação de Zé Maria.